

A CERTIFICAÇÃO FLORESTAL COMO UM INSTRUMENTO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

*Regiane Borsato*¹

*Álvaro Boson de Castro Faria*²

RESUMO

Os avanços em relação aos conceitos de sustentabilidade e gestão dos recursos naturais e sociais permitiram sua assimilação em princípios e critérios de gestão florestal sustentável. Desta forma, as empresas do setor florestal podem atestar a responsabilidade da forma como realizam o manejo de suas florestas produtivas, de suas áreas naturais e dos aspectos sociais relacionados à atividade, através de processos de certificação florestal. Considerando que os vetores de Responsabilidade Social Empresarial apresentados por Melo Neto e Froes (2001) representam de maneira sucinta as premissas de gestão para o fortalecimento da dimensão social de uma empresa, estes foram relacionados às informações que caracterizam um bom manejo florestal. A relação apresentada entre os avanços para um manejo sustentável obtidos com os processos de certificação florestal e os vetores da RSE, demonstra que a certificação contribui para a concretização da filosofia organizacional da Responsabilidade Social Empresarial no setor de base florestal.

Palavras-chave: Responsabilidade Social Empresarial; Certificação Florestal; Manejo Florestal; Sustentabilidade.

¹ Consultora pela RB Florestal Ltda. MSc Ciências Florestais (UFPR), Esp. Gestão de Políticas, Programas e Projetos Sociais (PUC-PR). regiane@rbflorestal.com.br

² Professor da Universidade Estadual do Centro Oeste PR (Unicentro). MSc Ciências Florestais (UFPR), Esp. Formação Pedagógica (PUC-PR). alvaro.faria@onda.com.br

INTRODUÇÃO

A percepção dos inúmeros aspectos e impactos decorrentes do desenvolvimento industrial vem fortalecendo cada vez mais a consciência social e a inter-relação das questões socioambientais com este desenvolvimento. O crescimento desta consciência é claramente observado nas políticas das empresas privadas, que acabam por incluir as principais demandas da sociedade. Desta forma, a partir da política socioambiental e da conseqüente implementação de seus objetivos, programas e metas, a gestão dos aspectos ambientais e sociais das atividades de uma organização ganham espaço em fóruns administrativos internos onde antes prevaleciam apenas objetivos econômicos. Como não poderia ser diferente, o setor florestal também caminha nesta direção.

No Brasil, a alta produtividade das essências florestais exóticas, principalmente dos gêneros *Pinus* e *Eucalyptus*, a uniformidade destes produtos e a tecnologia disponível para a gestão dos estoques, faz com que esta atividade seja vista como excelente estratégia para minimizar o impacto da extração de madeira de florestas naturais. Porém, como qualquer outra atividade produtiva, a silvicultura em larga escala é debatida por pesquisadores e ambientalistas, buscando o equilíbrio entre produção e a preservação da biodiversidade, de belezas raras, dos corpos hídricos, da qualidade de vida das comunidades quilombolas e indígenas, dos direitos e bem-estar dos trabalhadores, visando a sustentabilidade da produção e dos recursos naturais. Neste contexto, as ações de Responsabilidade Social Empresarial (RSE) surgem como respostas ao controle informal que a sociedade organizada passou a exercer sobre o primeiro e o segundo setores, solucionando ou minimizando os impactos gerados por estes empreendimentos.

As discussões sobre a procedência da madeira e as questões sociais, ambientais e econômicas a ela vinculadas culminaram com o surgimento dos processos de certificação florestal. Os avanços em conceitos de sustentabilidade e gestão dos recursos naturais e sociais vêm permitindo sua assimilação aos princípios e critérios de gestão florestal sustentável, através da incorporação de novos entendimentos evidenciada pelo amadurecimento dos auditores ao longo do tempo, e da própria revisão dos padrões e requisitos para a certificação. Desta forma, as empresas do setor florestal podem atestar a responsabilidade da forma como seu manejo é realizado com credibilidade, uma vez que os padrões do Conselho de Manejo Florestal (*FSC – Forest Stewardship Council*) – utilizados como referência para este trabalho, são definidos por três câmaras: ambiental, social e econômica, com representantes das esferas governamental, privada e do terceiro setor.

Contudo, os conceitos de RSE são diversos. Alguns autores defendem que uma empresa lucrativa beneficia a sociedade ao criar novos empregos, pagar salários justos e melhorar as condições de trabalho, e ao contribuir para o bem-estar público pagando seus impostos (LOURENÇO e SCHRODER, 2003), enquanto outros autores ampliam este conceito para a abordagem das comunidades, do clima organizacional e da preservação ambiental (ASHLEY et al., 2005). Desta forma, através de um referencial teórico e prático, o presente trabalho tem como objetivo demonstrar a relação entre os avanços das empresas que praticam o manejo florestal sustentável e as principais características da RSE.

MATERIAL E MÉTODOS

Considerou-se que os vetores apresentados por Melo Neto e Froes (2001), tabela 1, caracterizam de maneira sucinta as premissas de gestão empresarial para o fortalecimento da dimensão social de uma empresa. Estes foram considerados como ponto de referência para representar a RSE.

TABELA 1 - VETORES DA RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL, SEGUNDO MELO NETO E FROES (2001)

V1	Apoio ao desenvolvimento da comunidade onde atua
V2	Preservação do meio ambiente
V3	Investimento no bem-estar dos funcionários e seus dependentes e num ambiente de trabalho agradável
V4	Comunicações transparentes
V5	Retorno aos acionistas
V6	Sinergia com os parceiros
V7	Satisfação dos clientes e/ou consumidores

Para a caracterização de um manejo florestal adequado de acordo com critérios de sustentabilidade, foram utilizados os Princípios do Conselho de Manejo Florestal FSC (tabela 2).

TABELA 2 - PRINCÍPIOS DO CONSELHO DE MANEJO FLORESTAL FSC

Princípio 1: Obediência às Leis e aos Princípios do FSC.	O manejo florestal deve respeitar todas as leis aplicáveis ao país onde opera, os tratados internacionais e acordos assinados por este país, e obedecer a todos os Princípios e Critérios do FSC.
Princípio 2: Responsabilidades e direitos de posse e uso da terra.	Os direitos de posse e uso de longo prazo relativos à terra e aos recursos florestais devem ser claramente definidos, documentados e legalmente estabelecidos.
Princípio 3: Direitos dos Povos Indígenas.	Os direitos legais e costumários dos povos indígenas de possuir, usar e manejar suas terras, territórios e recursos devem ser reconhecidos e respeitados.
Princípio 4: Relações Comunitárias e Direitos dos Trabalhadores.	As atividades de manejo florestal devem manter ou ampliar o bem estar econômico e social de longo prazo dos trabalhadores florestais e das comunidades locais.
Princípio 5: Benefícios da Floresta.	As operações de manejo florestal devem incentivar o uso eficiente dos múltiplos produtos e serviços da floresta para assegurar a viabilidade econômica e uma grande gama de benefícios ambientais e sociais.
Princípio 6: Impacto Ambiental.	O manejo florestal deve conservar a diversidade ecológica e seus valores associados, os recursos hídricos, os solos, e os ecossistemas e paisagens frágeis e singulares, e ao assim atuar, manter as funções ecológicas e a integridade da floresta.
Princípio 7: Plano de Manejo.	Um plano de manejo - apropriado à escala e intensidade das operações propostas - deve ser escrito, implementado e atualizado. Os objetivos de longo prazo do manejo florestal e os meios para atingi-los devem ser claramente definidos.
Princípio 8: Monitoramento e Avaliação.	O monitoramento deve ser conduzido - apropriado à escala e à intensidade do manejo florestal - para que sejam avaliados a condição da floresta, o rendimento dos produtos florestais, a cadeia de custódia, as atividades de manejo e seus impactos ambientais e sociais.
Princípio 9: Manutenção de florestas de alto valor de conservação.	As atividades em manejo de florestas de alto valor de conservação devem manter ou ampliar os atributos que definem estas florestas. Decisões relacionadas a florestas de alto valor de conservação devem sempre ser consideradas no contexto de uma abordagem de precaução.
Princípio 10: Plantações.	As plantações devem ser planejadas e manejadas de acordo com os Princípios e Critérios de 1 a 9 e o Princípio 10 e seus Critérios. Considerando que as plantações podem proporcionar um leque de benefícios sociais e econômicos, e contribuir para satisfazer as necessidades globais por produtos florestais, recomenda-se que elas complementem o manejo, reduzam as pressões, e promovam a restauração e conservação das florestas naturais.

Os avanços observados na gestão florestal decorrentes de processos de certificação foram constatados através de pesquisa documental e bibliográfica, e da vivência dos autores em processos de certificação e manejo florestal.

REFERENCIAL TEÓRICO

Responsabilidade Social Empresarial

Inserida na sociedade que lhe dá razão de ser, a empresa é, acima de tudo uma realidade humana com quatro dimensões essenciais: a pessoal, a social, a política e a econômica (DUARTE e DIAS, 1986, p.54). Quanto à econômica, os autores lembram que a empresa aperfeiçoa gradativamente suas estruturas, métodos de trabalho e sistemas de controle, com vistas à racionalização das atividades e à maximização dos lucros, os quais são considerados a justa remuneração do capital investido e dos riscos assumidos (DUARTE e DIAS, 1986, p.25).

Em 1923, Oliver Sheldon³ defendeu a inclusão entre as preocupações da empresa, de outros objetivos além do lucro e, vinte anos mais tarde, a idéia aparecia em um manifesto assinado por 120 industriais ingleses, onde se afirmava: “A responsabilidade dos que dirigem a indústria é manter um equilíbrio justo entre os vários interesses do público como consumidores, dos funcionários e operários como empregados e dos acionistas como investidores. Além disso, dar a maior contribuição possível ao bem-estar da nação como um todo” (DUARTE e DIAS, 1986, p.41).

Segundo Tenório (2004), o conceito de responsabilidade social evoluiu a partir do esgotamento do modelo industrial e do desenvolvimento da sociedade pós-industrial, incorporando os anseios dos agentes sociais no plano de negócios das corporações. Assim, além do filantropismo, desenvolveram-se conceitos como voluntariado empresarial, cidadania corporativa, responsabilidade social corporativa e desenvolvimento sustentável.

Para Melo Neto e Froes (2001, p.79) as ações de filantropia surgiram com a característica principal de benemerência do empresário refletida nas doações para entidades assistenciais e filantrópicas, correspondendo à dimensão inicial do exercício da responsabilidade social. Segundo os autores o conceito ganhou maior amplitude com o surgimento da segunda dimensão de RSE: as ações sociais com a comunidade, nas quais a empresa aporta recursos financeiros, produtos, serviços e *know-how* a serviço da comunidade.

Sobre o papel dos diversos setores em relação ao desenvolvimento sustentável, Schmidheiny (1992)⁴ citado por (GOMES, 2005, p. 10) afirma que a agricultura e a utilização

³ Oliver Sheldon foi um dos primeiros autores a considerar que a empresa deveria subsistir para apresentar bens e serviços essenciais ao bem estar da sociedade.

⁴ SCHMIDHEINY, S. Mudando o rumo – uma perspectiva empresarial global sobre desenvolvimento e meio ambiente. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1992. 368 p.

dos recursos florestais são temas centrais devido à grande quantidade de empregos gerados, ao valor econômico da produção e aos impactos extensos e diretos que ambos têm sobre os recursos renováveis e o meio ambiente e sobre as relações sociais. O grande desafio empresarial tem sido o de equilibrar a gestão financeira dos negócios, atendendo às exigências técnicas operacionais e de qualidade com baixo custo, aliadas às demandas da sociedade civil. Desta forma, as empresas passam a considerar cada vez mais em suas análises a sustentabilidade, inserida em uma visão de longo prazo do negócio. Com isso, as organizações estão operando em um ambiente onde o limite entre as ameaças e as oportunidades está cada vez mais tênue (GOMES, 2005, p.8).

As ações de uma empresa interessam não só ao seu consumidor direto, mas a diferentes segmentos da sociedade. Estes grupos ou indivíduos, que podem afetar ou ser afetados pela realização dos objetivos da empresa, definidos como *stakeholders* (FREEMAN, 1984, p.31), foram sensibilizados para a questão florestal em função dos intensos desmatamentos nas regiões tropicais na década de 80. Durante a década de 90 o movimento de valorização da responsabilidade social empresarial ganhou forte impulso no Brasil através da ação de entidades governamentais, institutos de pesquisa e empresas sensibilizadas para a questão (ALBERTI, 2005). Esta década é marcada pelo surgimento de diversos selos de certificação ambiental.

Certificação Florestal

Questões como desmatamento, manejo sustentável e conservação das florestas incentivaram campanhas de boicote aos produtos provenientes de florestas tropicais, diante do que o setor florestal tem procurado diferentes caminhos para estar em conformidade com as expectativas do campo organizacional que determinam a legitimidade das práticas empresariais e de seus produtos. Uma das estratégias implementadas para alcançar esses dois objetivos convergentes foi o estabelecimento de programas para certificação voluntária do "Bom Manejo Florestal" - o manejo florestal ambientalmente adequado, socialmente benéfico e economicamente viável (NARDELLI e GRIFFITH, 2003, p.856).

Os princípios e critérios de bom manejo florestal trouxeram a filosofia do desenvolvimento sustentável para o setor florestal, atendendo a necessidade de se criar um sistema de certificação de origem que abordasse o manejo nas suas dimensões econômicas, ambientais e sociais. Desde então, esse processo vem auxiliando no desenvolvimento, aplicação e monitoramento de conceitos de sustentabilidade no setor florestal em prol da boa gestão das áreas florestais naturais e plantadas no mundo.

São vários os fatores que levam uma empresa florestal a optar pela certificação, como a melhoria da imagem institucional, a exigência por parte dos clientes ou a busca por novos mercados. Enquanto a imagem institucional parece estar mais vinculada às certificações de manejo, o mercado é o fator determinante para a certificação na cadeia de custódia. Segundo Gonzaga (2005, p. 360) o marketing de diferenciação ambiental de produtos passou a ser

estrategicamente fundamental para o setor florestal, em especial para o setor madeireiro, pois embora as vantagens ambientais sejam evidentes em relação a seus substitutos (metais ferrosos, minerais não-metálicos e produtos petroquímicos), a vantagem competitiva do setor depende da imagem do bom uso da floresta. Desta forma pode-se dizer que não basta que o recurso seja renovável, ele deve ser utilizado racionalmente e este uso racional precisa ser verificado e atestado.

Atualmente, um dos mais importantes padrões para certificação florestal, em nível mundial, consiste nos Princípios e Critérios do Forest Stewardship Council – FSC. O FSC foi fundado em 1993, sendo uma organização internacional independente, formada por representantes do movimento ambiental, pesquisadores, produtores de madeira, comerciantes de produtos florestais e populações tradicionais. Por meio de um processo participativo, o FSC estabeleceu Princípios e Critérios para a certificação voluntária do “Bom Manejo Florestal”, ou seja, o manejo florestal ambientalmente adequado, socialmente benéfico e economicamente viável (NARDELLI e GRIFFITH, 2003, p.857).

Existem basicamente dois tipos de certificação florestal: certificação de manejo florestal e certificação de cadeia de custódia. A certificação de manejo florestal trata-se do processo pelo qual o manejo de uma área florestal natural ou plantada é avaliado sob o ponto de vista dos aspectos sociais, ambientais e econômicos a que está sujeito, e suas inter-relações, comparado com padrões de manejo pré-definidos. Porém, não seria suficiente para o consumidor atestar a qualidade do manejo das florestas, se não fosse possível identificar os produtos, madeireiros ou não-madeireiros, como oriundos destas florestas. Desta forma, a certificação de cadeia-de-custódia é o processo de avaliação que permite o rastreamento de um produto até a sua origem. A certificação de cadeia de custódia é voltada a qualquer organização que processe ou comercialize produtos florestais madeireiros e não-madeireiros.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Avanço das empresas florestais certificadas

As auditorias de certificação permitem uma complexa abordagem do manejo florestal. Estas são realizadas por entidades independentes e envolvem entrevistas com os trabalhadores, reuniões públicas com a comunidade, consulta a *stakeholders*, análise documental, avaliação do planejamento estratégico visando a sustentabilidade, além da avaliação direta de aspectos técnicos e operacionais em campo. Visando garantir o completo entendimento entre as áreas econômicas, sociais e ambientais do manejo, as equipes de auditores podem ser transdisciplinares, geralmente compostas por especialistas da área florestal – silvicultura e manejo, operações florestais, planejamento; especialistas em conservação da natureza, ecologia ou áreas afins; sociólogos ou especialistas em questões sociais, visando garantir uma ampla abordagem do empreendimento.

As auditorias de cadeia de custódia são voltadas à comprovação da origem da matéria-prima, à garantia e ao controle de procedência e de toda a documentação relacionada à compra, ao processamento e à venda dos produtos. O principal objetivo das auditorias de cadeia de custódia é evitar que produtos oriundos de fontes não-certificadas sejam comercializados como de origem certificada.

Considerando o atendimento dos princípios e critérios abordados antes e depois das auditorias, nem sempre o processo⁵ de certificação significa para a empresa um marco em termos de mudança de gestão. Em muitos casos estes requisitos já faziam parte da cultura de trabalho da empresa, sendo que para estes casos a certificação assume um papel apenas de comprovação e de divulgação do comprometimento com as questões ambientais e sociais relativas às suas atividades-fins. Por outro lado, a experiência mostra que empresas que nunca adotaram os padrões básicos de gestão socioambiental em suas atividades como princípios próprios, ou os consideravam pouco importantes, apresentam dificuldades na sua adequação, principalmente na transformação cultural que se faz necessária.

Apesar de algumas empresas já apresentarem padrões de qualidade bastante satisfatórios anteriormente à certificação, é inquestionável o papel dos processos de certificação no aceleração destes aspectos. Segundo Spathelf et al. (2004) os principais benefícios da certificação florestal são: o alto valor do processo de discussões decorrente das auditorias; o aumento de transparência e controle da produção florestal; e o fortalecimento de parcerias entre empresas, fornecedores e clientes pela certificação da cadeia de custódia.

A tabela 3 cita os principais avanços dos últimos anos observados em empresas certificadas pelo FSC e relacionados aos vetores de responsabilidade social.

Em função do princípio que envolve a inserção do empreendimento florestal na localidade, observa-se a evolução no diálogo com a comunidade e o maior número de projetos sociais em desenvolvimento. Durante o processo de certificação o empreendimento deve demonstrar que os impactos da atividade florestal são avaliados e que os seus resultados são incorporados no planejamento e implantação das atividades. Entre os aspectos avaliados, encontram-se locais de especial significado para a comunidade, como cemitérios ou sítios arqueológicos. Estes sítios de relevante importância para a comunidade são mapeados, e o plano de manejo florestal deve contemplar medidas para a proteção destas áreas.

Quando as comunidades do entorno do empreendimento florestal são constituídas por povos com direitos costumeiros ou tradicionais, como indígenas e quilombolas, o planejamento do manejo deve considerar a sustentabilidade econômica, ambiental e social destas comunidades, bem como a compensação pelo uso de conhecimentos tradicionais.

⁵ Consideram-se “processos” as ações de preparação e adequação aos princípios e critérios exigidos, e as auditorias internas e externas.

TABELA 3 - RELAÇÃO ENTRE OS VETORES DA RESPONSABILIDADE SOCIAL E OS AVANÇOS NO MANEJO FLORESTAL DE EMPRESAS CERTIFICADAS PELO FSC

Vetores da Responsabilidade Social (MELO NETO e FROES, 2001)	Avanços do manejo florestal em empresas certificadas pelo FSC
Apoio ao desenvolvimento da comunidade onde atua	<ul style="list-style-type: none"> - Melhorias no diálogo com a comunidade; - Parcerias com órgãos governamentais e com o terceiro setor para o desenvolvimento de programas socioambientais na comunidade; - Elaboração e desenvolvimento de Planos de Ação Social, incluindo o levantamento de aspectos e impactos das atividades do manejo florestal, ações para a minimização de impactos negativos e para o incremento dos impactos positivos na comunidade.
Preservação do meio ambiente	<ul style="list-style-type: none"> - Identificação de aspectos e impactos ambientais relacionados às atividades florestais; - Inserção de ações para a minimização de impactos ambientais através de procedimentos operacionais; - Aperfeiçoamento das ferramentas de planejamento florestal através da inserção de variáveis ambientais como o manejo da paisagem e conceitos de micro-bacia; - Desenvolvimento de técnicas para a recuperação de áreas degradadas; - Acompanhamento e atendimento da legislação ambiental: obtenção de licenciamentos ambientais; recuperação de áreas de preservação permanente através da conversão de plantações em áreas naturais nas margens de cursos d'água; averbação de Reserva Legal em matrícula; corte de florestas plantadas autorizado pelo órgão ambiental - quando exigido pela legislação estadual; - Realização de pesquisas em áreas naturais para a determinação de atributos de alto valor de conservação; - Monitoramento de fauna e flora nas áreas naturais; - Manejo para a conservação dos atributos identificados como de alto valor para a conservação; - Manejo integrado de pragas e doenças; - Pesquisa para a utilização de agrotóxicos menos agressivos; - Plano de prevenção e combate a incêndios; - Cultivo mínimo do solo evitando a erosão; - Controle de espécies exóticas fora das áreas de cultivo; - Utilização de técnicas para controle da erosão na abertura e manutenção de estradas florestais.
Investimento no bem-estar dos funcionários e seus dependentes e num ambiente de trabalho agradável	<ul style="list-style-type: none"> - Melhoria nas condições de transporte; alimentação e estrutura das frentes de trabalho em campo para o trabalhador rural; - Garantia de benefícios trabalhistas; - Maior controle das condições de trabalho na terceirização; - Melhorias em higiene e segurança; - Maiores investimentos em treinamento; - Garantia de salários coerentes com a média regional e sem atrasos no pagamento; - Estímulo ao esclarecimento e a participação dos trabalhadores em relação aos seus direitos, incluindo maior envolvimento dos sindicatos dos trabalhadores.
Comunicações transparentes	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração de um Resumo Público do Manejo Florestal, incluindo indicadores de desempenho econômico, ambiental e social; - Informações sobre o processo de certificação, relatórios e ações corretivas disponíveis ao público; - Reuniões e consultas públicas relativas ao manejo florestal realizado pela empresa.
Retorno aos acionistas	<ul style="list-style-type: none"> - Otimização do uso de recursos florestais; - Redução de desperdícios na colheita; - Incentivo ao uso múltiplo da floresta; - Melhoria da imagem institucional; - Melhoria em aspectos de controle relacionados à gestão florestal; - Atendimento de requisitos e facilidade no acesso a financiamentos.
Sinergia com os parceiros	<ul style="list-style-type: none"> - Sinergia entre a empresa contratante de serviços florestais e suas contratadas para a busca de melhorias operacionais, ambientais e de segurança; - Extensão dos princípios de bom manejo florestal para as pequenas propriedades rurais através dos programas de fomento; - Parcerias com órgãos governamentais e com o terceiro setor para o desenvolvimento de programas socioambientais.
Satisfação dos clientes e/ou consumidores	<p>Cliente:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Benefícios pela possibilidade de certificar os produtos florestais na cadeia de custódia. <p>Consumidor:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Alternativa para o consumo de produtos florestais de origem reconhecida.

Além destes requisitos, observa-se o desenvolvimento de inúmeros projetos socioambientais pelas empresas certificadas pelo FSC, principalmente relacionados a questões de educação e saúde, aspectos que contribuem para o desenvolvimento das comunidades (vetor V1, tabela 1).

Tratando-se dos aspectos ambientais, evidencia-se que as empresas cada vez mais adotam práticas que aliam o aumento da produtividade com a conservação do meio ambiente. Como exemplo, o manejo integrado de pragas, doenças e plantas invasoras (dando preferência ao controle biológico e a utilização de agrotóxicos menos agressivos e seletivos), a adoção de planos de prevenção e controle de incêndios, o cultivo mínimo (controlando a erosão), o reaproveitamento de resíduos e o respeito às Leis, garantindo a conservação de reservas de florestas naturais e corpos hídricos. Tais ações podem ser relacionadas ao vetor (V2, tabela 1) de RSE que preconiza a preservação do meio ambiente.

Quanto ao investimento no bem-estar dos funcionários citado como o terceiro vetor (V3, tabela 1) de RSE, a contribuição do processo de certificação florestal na melhoria de questões relacionadas às condições de trabalho é notável. Entre os principais avanços observados neste aspecto pode-se citar a melhoria nas condições de transporte, alimentação, segurança e treinamento dos trabalhadores. A realização de auditorias externas e internas funciona como uma eficaz ferramenta de gestão, exercendo um importante papel em assegurar o cumprimento dos direitos trabalhistas, salários coerentes e sem atraso, pagamento de benefícios, além de estimular o esclarecimento e a participação dos trabalhadores em relação aos seus direitos. Considerando que as práticas de uma organização florestal certificada devem assegurar um tratamento igual aos empregados diretos e indiretos, inúmeros são os esforços para que a terceirização no setor florestal não culmine com a precarização das condições de trabalho.

Por outro lado, a elaboração e a disponibilização do Resumo Público do manejo florestal está relacionado a um outro vetor da RSE (vetor V4, Tabela 1), o das comunicações transparentes. Apesar deste vetor estar normalmente relacionado à transparência de padrões de contabilidade e demais critérios que possibilitem o investimento com adequada expectativa de riscos e retornos, ele está neste trabalho relacionado à transparência das informações acerca das atividades relacionadas ao manejo florestal.

Outra forma de associar o manejo florestal certificado ao vetor da transparência é o fato de que durante a avaliação do manejo florestal para a certificação são realizadas consultas e reuniões públicas, permitindo a participação dos diversos públicos de interesse como comunidade, órgãos governamentais, sindicatos, clientes, concorrentes, academia e terceiro setor.

Apesar de todos os esforços para o atendimento de requisitos para o bem-estar social e para a conservação ambiental, a empresa necessita gerar lucro para sustentar a sua existência. A empresa exerce sua função social por ser ela geradora de riquezas, de empregos, grande contribuinte tributária, impulsionadora do desenvolvimento econômico, exercendo papel insubstituível na sociedade atual (BLANCHET, 2004, p.59). Dentro nos novos preceitos de função social, a empresa deve atender às expectativas de todos os seus *stakeholders*, mas, permanece a necessidade de atender, fundamentalmente, aos seus acionistas. Os princípios de bom manejo florestal contribuem também para este vetor da RSE

(V5, tabela 1) através dos critérios de exigência para a redução dos desperdícios na colheita florestal e otimização dos recursos madeireiros e não-madeireiros, influenciando na eficiência do manejo florestal realizado e, conseqüentemente, na geração de lucro.

Além dos fatores que contribuem diretamente para o incremento dos resultados operacionais, a certificação é ferramenta eficaz na melhoria da imagem institucional da empresa e do acesso a novos financiamentos. Não raro atualmente os financiamentos bancários estão associados às boas práticas de gestão socioambiental, as quais podem ser comprovadas através de um processo de avaliação independente.

Complementarmente, a necessidade de documentação das atividades e do sistema de gestão através de um Plano de Manejo, o processo transforma-se em uma ferramenta de auto-avaliação eficaz através da qual a empresa pode acompanhar os seus principais indicadores sob uma nova ótica, indo além dos aspectos abordados em relatórios internos da organização. A organização e registro de todos os projetos e programas sob o tripé da sustentabilidade; a implementação de novos indicadores econômicos, sociais e ambientais; o seu monitoramento e a implementação de ações corretivas funcionam como mecanismo indireto que irá incrementar a gestão para o aumento de retorno aos acionistas.

Paralelamente, a gestão florestal com eficácia e eficiência possibilita a sinergia com as empresas contratadas para a prestação de serviços florestais, estendendo as suas boas práticas para os trabalhadores terceirizados. Indo além, os produtores florestais das regiões do entorno, vinculados aos programas de fomento florestal, também são beneficiados pela influência destas práticas, permitindo aumento na sua produção e em melhores condições de trabalho e de conservação do meio ambiente.

Além dos contratos de fomento florestal, as empresas que praticam o bom manejo florestal estabelecem parcerias com órgãos do governo e com organizações não-governamentais para a implementação de ações culturais, de educação, de saúde e ambientais nas e para as comunidades, as quais estão relacionadas ao vetor da RSE “sinergia com os parceiros” (V6, tabela 1).

De acordo com Upton e Bass⁶ (1995) *apud* (NARDELLI e GRIFFITH, 2003, p.863), a certificação é uma garantia ao consumidor ou cliente de que o produto ou serviço adquirido provém de uma floresta bem manejada e que não favorece práticas insustentáveis. Em outras palavras, é um instrumento de legitimação das atividades e dos produtos florestais (NARDELLI e GRIFFITH, 2003, p.863). Encontra-se neste aspecto a relação com o último vetor da RSE (V7, Tabela 1). A “satisfação dos clientes e/ou consumidores” está no fato de que os clientes de produtos florestais preferem ou exigem do fornecedor um atestado de origem, principalmente devido aos problemas de desmatamento ilegal divulgados na mídia que influenciam a comercialização destes produtos. Ou seja, a certificação do bom manejo florestal permite a satisfação destes clientes, e contribui para que estes possam se beneficiar do selo na cadeia de

⁶ UPTON, C.; BASS, S. The forest certification handbook. London: Earthscan, 1995. 219p.

custódia através de uma avaliação de suas atividades. A satisfação do consumidor pode ser considerada a principal função da certificação, uma vez que ela surgiu para atender uma demanda de um segmento da população preocupado com o consumo consciente.

CONCLUSÕES

A relação apresentada neste trabalho entre os avanços sociais, ambientais e econômicos obtidos com o processo de certificação florestal e os vetores da RSE, evidencia que os processos de certificação contribuem para a concretização da filosofia organizacional da Responsabilidade Social Empresarial no setor de base florestal.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, L.; LAZZAROTTO, S. N. S. **A responsabilidade social nas empresas**. Monografia (Especialização) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2005.
- ASHLEY, P. A. (coord.). **Ética e responsabilidade social nos negócios**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2005. 340 p.
- BLANCHET, J. D. A. M. L. **A elasticidade do conceito de função social da empresa face à liberdade econômica e ao bem comum**. Curitiba, 2004. Dissertação (Mestrado em Direito Econômico e Social do Curso de Pós-Graduação em Direito) – Departamento de Ciências Jurídicas e Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- DUARTE, G. D.; DIAS, J. M. M. **Responsabilidade social: a empresa hoje**. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos: Fundação Assistencial Brahma, 1986.
- FREEMAN, E. **Strategic management: a stakeholder approach**. London: Pitman Publishing, 1984. 276p.
- GOMES, A. N. **Sustentabilidade de empresas de base florestal: o papel dos projetos sociais na inclusão das comunidades locais**. 99p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2005.
- GONZAGA, C. A. M. Marketing verde de produtos florestais: teoria e prática. **Revista FLORESTA**, Curitiba, PR, v. 35, n. 2, mai./ago. 2005.
- LOURENÇO, A. G.; SCHRODER, D. S. Vale investir em responsabilidade social empresarial? In: **Responsabilidade social das empresas: a contribuição das Universidades**. v.2. São Paulo: Peirópolis. 498 p. 2003.
- MELO NETO, F.; FROES, C. **Responsabilidade social e cidadania empresarial: a administração do terceiro setor**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2 ed. 2001.
- NARDELLI, A.; GRIFFITH, J. J. **Modelo teórico para compreensão do ambientalismo empresarial do setor florestal brasileiro**. Rev. Árvore, Viçosa, v.27, n.6, 2003.
- SPATHELF, P.; MATTOS, P. P.; BOTOSSO, P. C. Certificação florestal no Brasil - uma ferramenta eficaz para a conservação das florestas naturais? **Revista Floresta** 34(3) Set/Dez 2004, 373-379, Curitiba-PR.
- TENÓRIO, F. G. (org.). **Responsabilidade social empresarial: teoria e prática**. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2004.